


Educação Matemática Inclusiva: Caminhos possíveis para a efetivação da articulação universidade/instituto – escola


Resumo:

A Educação Matemática Inclusiva assume, em pleno século XXI, um papel essencial na promoção de uma conexão mais forte e significativa entre a/o universidade/instituto e a escola, especialmente quando pensamos em um ensino de matemática que seja equânime e acessível para todas as pessoas. Para tal, faz-se necessário nos conscientizarmos de que, uma/um universidade/instituto e escola inclusivos não são um ato de bondade. São frutos de lutas da sociedade civil organizada, na qual foram logrados feitos como criação de Leis e outros instrumentos normativos. As Leis 13.146/2005 e 11.645/2008 se constituem como alguns desses exemplos. A Lei 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI) ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, é um marco na promoção da inclusão e dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, pois busca garantir o exercício dos direitos e liberdades fundamentais em igualdade de condições, visando a inclusão social e cidadania. A Lei 11.645/2008 que complementa a Lei 10.639/2003 visam a construção de uma educação antirracista e multicultural no Brasil, por meio da obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena nas instituições educacionais. Na observância dessas leis, a universidade e o instituto precisam ser o lócus de inovação e criação de novas práticas inclusivas. Precisam ser, também, o espaço nos quais são pesquisados, estudados e postos em prática, o desenvolvimento de materiais, tecnologias assistivas, metodologias e formações, desde a inicial até a continuada, que consideram as diferentes realidades das escolas e das/dos suas/seus estudantes. Quando há ausência de discussão, inovação e criação na universidade e no instituto sobre como realizar um ensino de matemática antirracista, inclusivo e que considere as questões de gênero, diversos problemas podem surgir. Sem esse diálogo e inovação, o ensino tende a reproduzir padrões tradicionais, muitas vezes perpetuando preconceitos, desigualdades e exclusões. Isso pode levar a uma formação de estudantes que não reconhecem ou valorizam a diversidade cultural, de gênero e das pessoas com deficiência e transtornos, reforçando estereótipos e excluindo grupos, ainda, marginalizados. Além disso, a falta de inovação impede o desenvolvimento de metodologias acessíveis e sensíveis às diferentes realidades, dificultando o acesso e o sucesso de todas/os as/os estudantes. A universidade e o instituto devem ser os lugares provedores dessas discussões porque têm um papel fundamental na formação de profissionais, pesquisadoras/es e cidadãs/cidadãos críticas/os e conscientes. Ao liderar debates sobre antirracismo, diversidade e inclusão, eles contribuem para a construção de uma sociedade mais equânime, promovendo uma educação que respeite e considere as diferenças. Além disso, essas instituições podem criar políticas, currículos e práticas pedagógicas que sirvam de exemplo e inspiração para escolas e comunidades, influenciando positivamente toda a sociedade. Sendo assim, esses espaços devem ser protagonistas na promoção da diversidade e inclusão, formando profissionais capazes de transformar a realidade e promover mudanças significativas na sociedade, por meio de um ensino de matemática antirracista, reconhecendo e valorizando a diversidade de gênero, mas também contemplando as diversas culturas e experiências e, considerando as diferentes deficiências e

Anete Otília Cardoso de
Santana Cruz

Instituto Federal da Bahia
Salvador, BA – Brasil

 <http://orcid.org/0000-0000-0000-0000>

 anetecruz@ifba.edu.br

Palestra

transtornos. Dessa maneira, a construção dos caminhos possíveis para a efetivação de uma Educação Matemática Inclusiva se dará, primeiramente, por conhecer quem são as/os nossas/os estudantes, quais são as suas potencialidades, identificando as suas demandas para daí adequarmos os recursos, com o planejamento das estratégias pedagógicas que atendam às suas necessidades específicas, garantindo que todas/os tenham acesso ao conhecimento de forma equitativa. E, ao articular o trabalho realizado entre universidade e escola, criamos uma rede de apoio que promove uma Educação Matemática mais justa, diversa e inclusiva, preparando as/os nossas/os estudantes para um mundo mais equânime e respeitoso, acessível para todas as pessoas.

Palavras-chaves: Educação Matemática Inclusiva. Educação Antirracista. Gênero. Pessoas com deficiência e Transtornos. Lei 13.146/2015 e Lei 11.645/2008.